

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	5
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
TABELA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO	21

PARTE I NACIONALIDADE

1. ARCABOUÇO HISTÓRICO, FILOSÓFICO E JURÍDICO	27
1.1. Considerações Históricas acerca da Nacionalidade	30
1.2. O Conceito de Nacionalidade	58
1.3. Nacionalidade Originária e Derivada.....	68
1.4. Teorias acerca da Natureza Jurídica do Instituto da Nacionalidade	75
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DA NACIONALIDADE	81
2.1. Princípio da Não Discriminação	82
2.2. Princípio da Atribuição ou Competência Estatal.....	84
2.3. Princípio da Efetividade.....	85
2.4. Princípio do Direito à Nacionalidade	88
2.5. Princípio da Unidade da Nacionalidade Familiar	89
2.6. Princípio de não ser privado arbitrariamente da Nacionalidade	90
2.7. Princípio da Opção por uma Nacionalidade	92
2.8. Princípio do Direito de Mudar, Perder e Renunciar a Nacionalidade.....	93
2.9. Princípio da Individualidade.....	94
3. DIREITO POSITIVO DA NACIONALIDADE.....	99
3.1. A Nacionalidade no Direito Convencional	99
3.2. Conflitos Positivos e Negativos acerca da Nacionalidade	106

3.3.	Nacionalidade Brasileira: Critérios, Aquisição, Perda, Reaquisição e Naturalização	114
3.3.1.	Análise à Luz da CF/1988	121
3.4.	A Prova da Nacionalidade e o Controle realizado pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais na Aquisição, Perda, Reaquisição e Naturalização	133
3.4.1.	Dos registros, dos traslados e das certidões de Registro Civil das Pessoas Naturais	137

PARTE II

NACIONALIDADE E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

4.	A NACIONALIDADE COMO ELEMENTO DE CONEXÃO	149
4.1.	Nacionalidade, Domicílio e Residência Habitual: conexão simples ou conexão plural	150
4.2.	Nacionalidade, Domicílio e Residência Habitual: Vantagens e Desvantagens	155
4.3.	A Primazia da Conexão Domiciliar em Direito de Família no Ordenamento Jurídico Brasileiro e a Possível Retomada da <i>Lex Patriae</i>	162
5.	AUTONOMIA CONFLITUAL MITIGADA EM DIREITO DE FAMÍLIA	171
5.1.	Autonomia Conflitual e o DIPr: Primeiras Noções	174
5.2.	Autonomia Conflitual e o DIPr: Origem e Conceito	180
5.3.	Formas de Utilização da Autonomia Conflitual no DIPr	198
5.4.	Precedentes Convencionais e Regulamentos Europeus em matéria de Direito de Família e Autonomia Conflitual	199
6.	AUTONOMIA CONFLITUAL EM DIREITO DE FAMÍLIA: PRINCÍPIOS E LIMITES ...	239
6.1.	A Autonomia Conflitual em Direito de Família no Ordenamento Brasileiro	259
6.2.	Limites à Autonomia Conflitual	274
6.2.1.	Normas de Aplicação Imediata, Normas de Aplicação Necessária, Leis Imperativas, Leis Obrigatórias ou <i>Lois de Police</i>	275
6.2.2.	Ordem Pública	282
6.2.3.	Controle de Constitucionalidade e Autonomia Conflitual	288
6.2.3.1.	O Controle de Constitucionalidade da Regra de Conflito	292
6.2.3.2.	O Controle de Constitucionalidade da Lei Designada	299
6.2.3.3.	O Controle de Constitucionalidade na Autonomia Conflitual	302
6.2.4.	Fraude à Lei	304
	CONCLUSÃO	313
	REFERÊNCIAS	317